

Ecoturismo e valorização de recursos naturais

5. Impactes socioeconómicos e culturais do ecoturismo

Instituto Superior de Agronomia

Ano lectivo 2020/2021

Ecoturismo e valorização de recursos naturais

5. Impactes socioeconómicos e culturais do ecoturismo

Sumário:

- ❖ Impactes positivos e negativos
- ❖ Ecoturismo de base comunitária e acção colectiva
- ❖ Ecoturismo no contexto do rural europeu

5.1. Impactes positivos e negativos

Sustentabilidade do ecoturismo. Dimensões

Ecológica

Económica

Sociocultural

Dimensões económica e sociocultural

Ecoturismo deve contribuir para o bem estar económico, social e cultural

- ✓ das comunidades que vivem na proximidade dos espaços ecoturísticos, e de outras legítimas partes interessadas,
- ✓ ao mesmo tempo que minimiza os seus custos ecológicos e maximiza os seus benefícios ecológicos.

Benefícios e custos. Directos e Indirectos

Escala de avaliação do impacte: local, regional, nacional

Dimensão económica

	Benefícios	Custos
Directos	<p>Gera rendimento e emprego</p> <p>Fornece oportunidades económicas em regiões periféricas</p>	<p>Despesas de arranque (estabelecimento de áreas protegidas, infraestruturas)</p> <p>Despesas correntes (manutenção de infraestruturas, promoção, salários)</p>
Indirectos	<p>Elevado efeito multiplicador (rendimento e emprego indirectos)</p> <p>Estimular ou suportar outros tipos de turismo</p>	<p>Incerteza de rendimentos</p> <p>Fuga de rendimentos devido a importações e participação de não locais</p> <p>Custos de oportunidade</p> <p>Danos agrícolas devidos à vida selvagem</p>

Benefícios económicos directos (I)

Criação de rendimento e de emprego directo (I)

➤ Gastos dos ecoturistas *per capita*

✓ alguma literatura aponta para gastos médios dos ecoturistas bastante superiores aos gastos médios dos turistas em geral...

Ex: Na República Dominicana os turistas que pernoitam em unidades hoteleiras e alojamentos de menor dimensão, localizadas em áreas de grande riqueza ambiental e de contacto directo com a natureza, gastam em média 18 vezes mais do que os passageiros dos barcos de cruzeiro que visitam diariamente a ilha.

✓ ...o que é desmentido nalguns contextos.

Ex: de acordo com a OMT os gastos per capita dos ecoturistas norte-americanos em viagens para fora do país atingiram 66\$USD/dia contra 88\$USD/dia gastos pelo turista norte-americano médio;

Ex: nos Açores, é de 42 euros o gasto médio diário (em alojamento e alimentação) de uma amostra de 97 observadores de aves de 12 nacionalidades distintas.

Benefícios económicos directos (II)

Criação de rendimento e de emprego directo (II)

➤ Actividades relativamente intensivas em trabalho

Ex: um guia para 6 turistas “hard” na descida ao Algar do Pena no PN Serras Aire e Candeeiros; 1 pastor para 2 turistas no acompanhamento do rebanho em Chãos, Alcobertas;

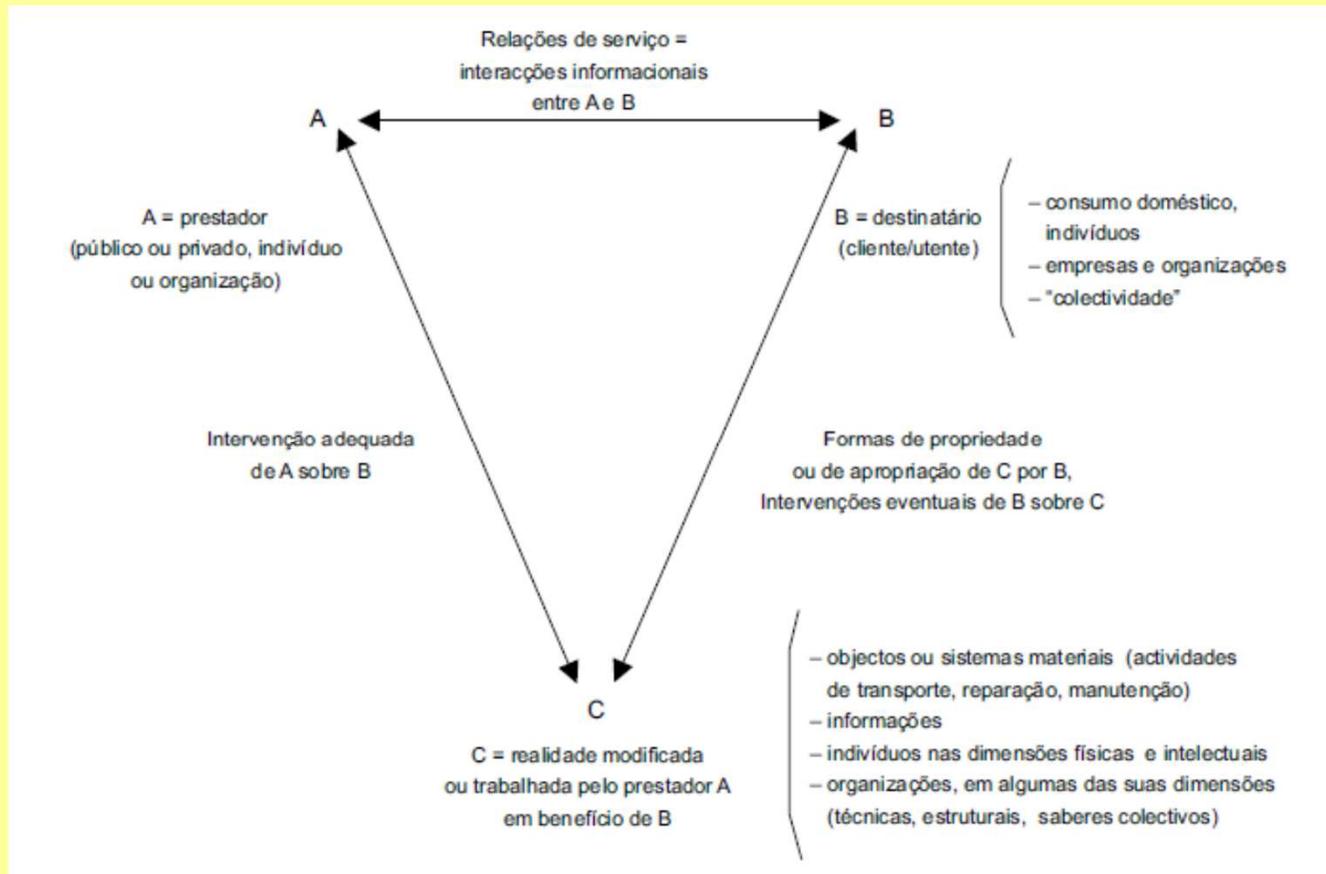
Ex: nº de visitantes por visita guiada nas principais áreas protegidas em Portugal (2004), varia de **78** no PN Douro Internacional a **12** na Reserva Natural Lagoas de Santo André e da Sancha.

➤ Escala do destino

✓ Destino de grande escala - **Parque Marinho da Grande Barreira de Recifes** e sua área de influência - Gastos dos visitantes estrangeiros no ano de 2004/05: 1644 milhões de AU\$ (40% em hotéis, alimentação e bebidas, 19% comércio e 15% transporte); corresponde a 13000 empregos a tempo inteiro. Gastos de visitantes internacionais e domésticos: 3673 milhões de AU\$ e o equivalente a 25000 empregos a tempo inteiro.

✓ Destino de pequena escala - **Dadia e Lefkimi (Grécia)** um projecto ecoturístico criou 50 empregos a tempo inteiro e a tempo parcial numa comunidade de 1100 residentes.

Serviços turísticos. Distinção entre bem e serviço



Fonte:
Almeida, 2011

Para Gradey (1992) uma atividade de serviço é uma operação que visa a transformação de uma realidade C (objeto do serviço), na posse ou utilizada por um beneficiário B, e realizada por um prestador A, a pedido de B e muitas vezes em interação com este mas que não conduz a um produto final suscetível de circular economicamente independentemente do suporte de C

GRÁFICO 4 Visitantes/visita guiada nas principais Áreas Protegidas em Portugal (2004)



Fonte: ICN

Benefícios económicos indirectos (I)

Efeito multiplicador (rendimento e emprego indirectos)

Medida dos benefícios económicos indirectos resultantes da circulação interna dos gastos directos dos turistas

O dinheiro gasto pelos turistas nos alojamentos locais → utilizado por estes para comprar alimentos localmente e pagar aos seus empregados que → por sua vez adquirem bens e serviços locais

Ex: Parque Marinho da GBRecifes (AU) - + o equivalente 4000 empregos TI na banca, agricultura, comércio, outros serviços

Oportunidades económicas em regiões periféricas

Em zonas economicamente deprimidas, onde as actividades tradicionais de exploração florestal e mineira estão em declínio por esgotamento de recursos e pressão dos ambientalistas, o ecoturismo tem vindo a ser promovido como uma alternativa de desenvolvimento viável.

Ex: Tasmânia, floresta tropical da América Central e do Sul, norte da Tailândia, Apalaches (EUA)

Benefícios económicos indirectos (II)

Suportar outros tipos de turismo

O ecoturismo e o turismo cultural suportam-se mutuamente em muitos destinos

Ex: Região Maia do sul do México e América Central; combinação do turismo ornitológico com as gravuras rupestres, rotas de vinhos ou astronomia na “Birds & Nature Tours”.

Um benefício económico indirecto do ecoturismo deriva do facto de muitos turistas de massa visitarem certos destinos por causa da sua disponibilidade de atracções de vida selvagem.

Ex: O sector hoteleiro/resorts do Quénia devem a sua existência ao ecoturismo de safaris (ecologicamente sustentável?)

Benefícios económicos de áreas protegidas para o ecoturismo

As áreas naturais que são protegidas com propósitos ecoturísticos fornecem retornos económicos dos seus benefícios ambientais

Ex: Exploração da biodiversidade com fins farmacêuticos; controlo de cheias e manutenção de reservas de água.

Custos económicos directos

Despesas de arranque (investimento)

➤ compra ou arrendamento de terra, estabelecimento de áreas protegidas, infra-estruturas (percursos de interpretação, centros de visitantes e estacionamento), superestruturas

Ex: as actividades de animação turística ligadas ao pedestrianismo no PNSAC dependem do investimento feito pelo parque na marcação dos percursos e sua manutenção

Despesas correntes

➤ manutenção de infra-estruturas, promoção/marketing, salários

Ex: a promoção de Portugal como destino turístico para o birdwatching está a ser feita pela Birds & Nature Tours; as AATurística dependem em geral da manutenção dos caminhos rurais, estradas municipais, etc.

Custos económicos indirectos (I)

Incertezas de rendimento / benefícios

➤ Risco associado às flutuações da procura (de carácter bastante elástico).

Elasticidade da procura: decréscimo do rendimento dos consumidores ou acréscimo do preço do serviço pode implicar grande redução da quantidade procurada do serviço.

Serviços turísticos não são produtos de primeira necessidade

➤ Factores de incerteza:

✓ contenção de despesas em períodos de incerteza económica e social,

✓ moda na escolha dos destinos turísticos

Ex: redução de clientes estrangeiros da empresa “Birds & Nature Tours”

Custos económicos indirectos (II)

Fugas de rendimento / benefícios

A necessidade de importar parte dos produtos e serviços limita o alcance do efeito multiplicador.

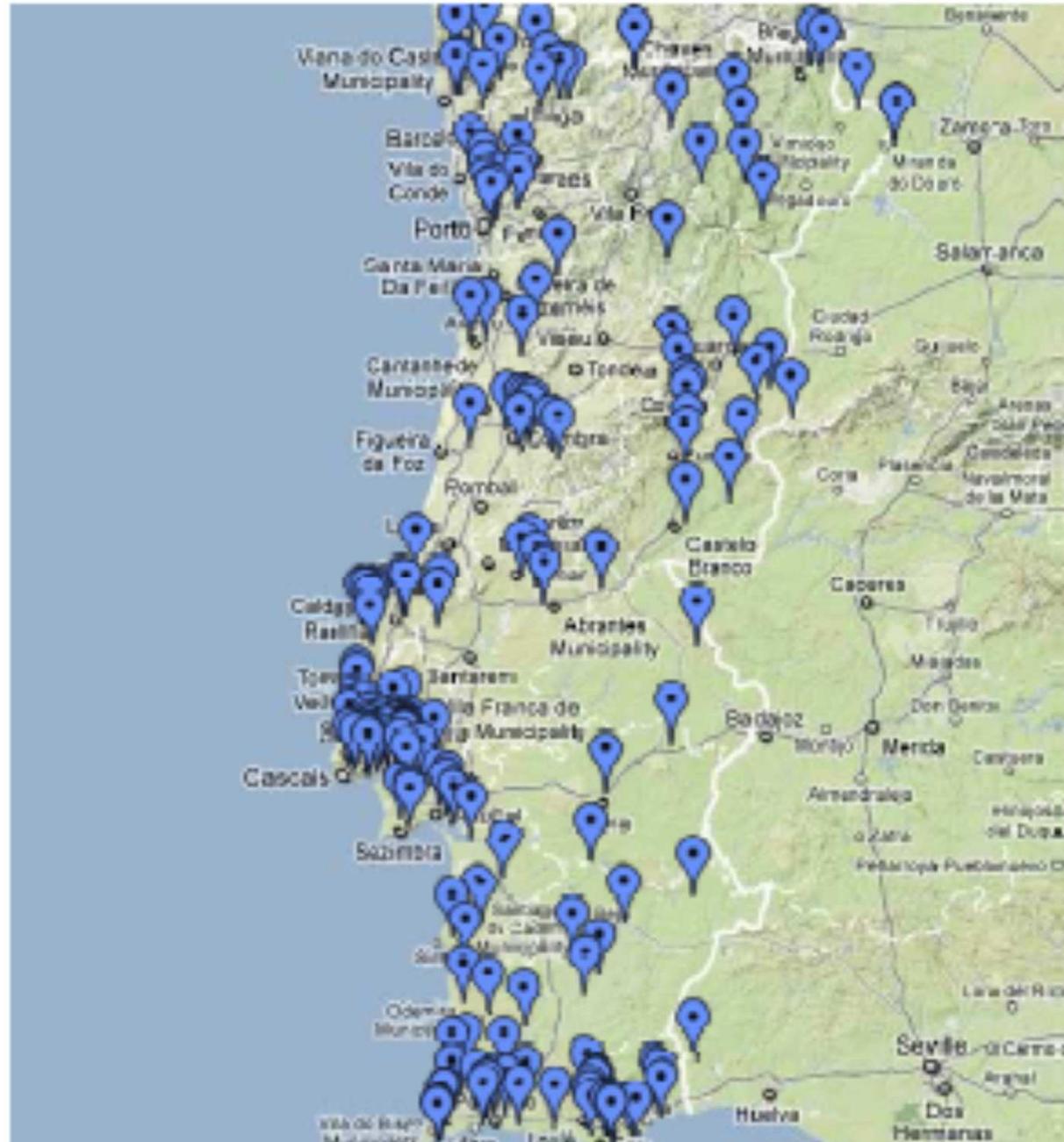
Ex: apenas 6% dos gastos dos turistas em 2 comunidades locais perto do Parque Nacional de Tortuguero (Costa Rica) e da Área de Conservação de Annapurna (Nepal) são retidos localmente; < retenção em destinos dominados por ecoturistas “soft”

Origem geográfica de quem controla (oferece) a actividade turística – onde são reinvestidos os lucros

Ex: No contexto rural português a oferta de actividades de lazer, turísticas, tem mobilizado em geral mais os actores externos do que os habitantes do mundo rural

Agentes de Animação
Turística
reconhecidos como
turismo de natureza

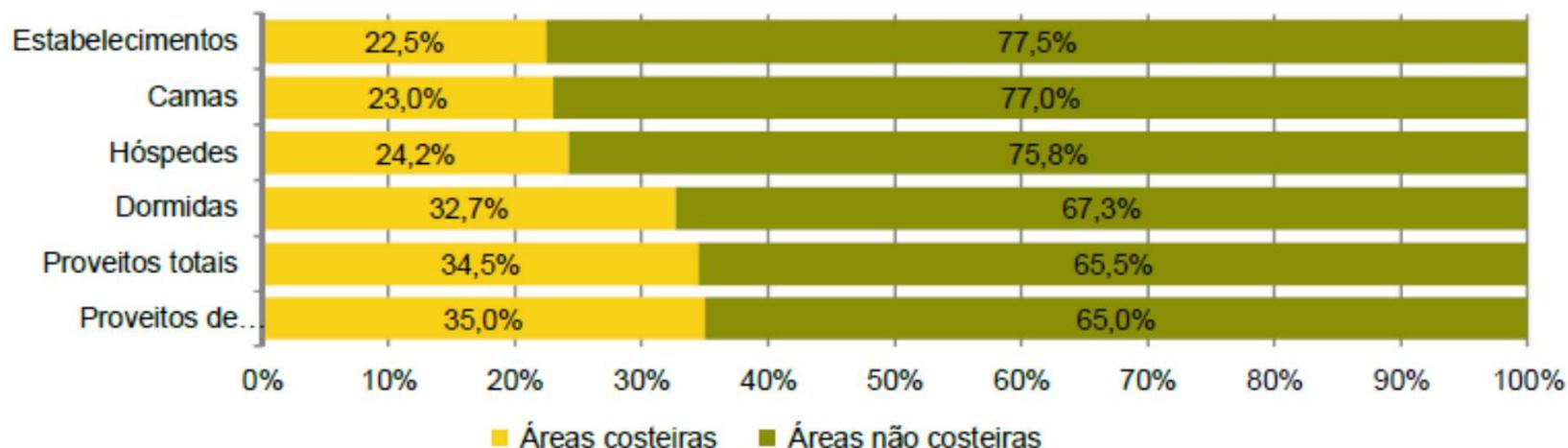
- 187 unidades em
Outubro 2011



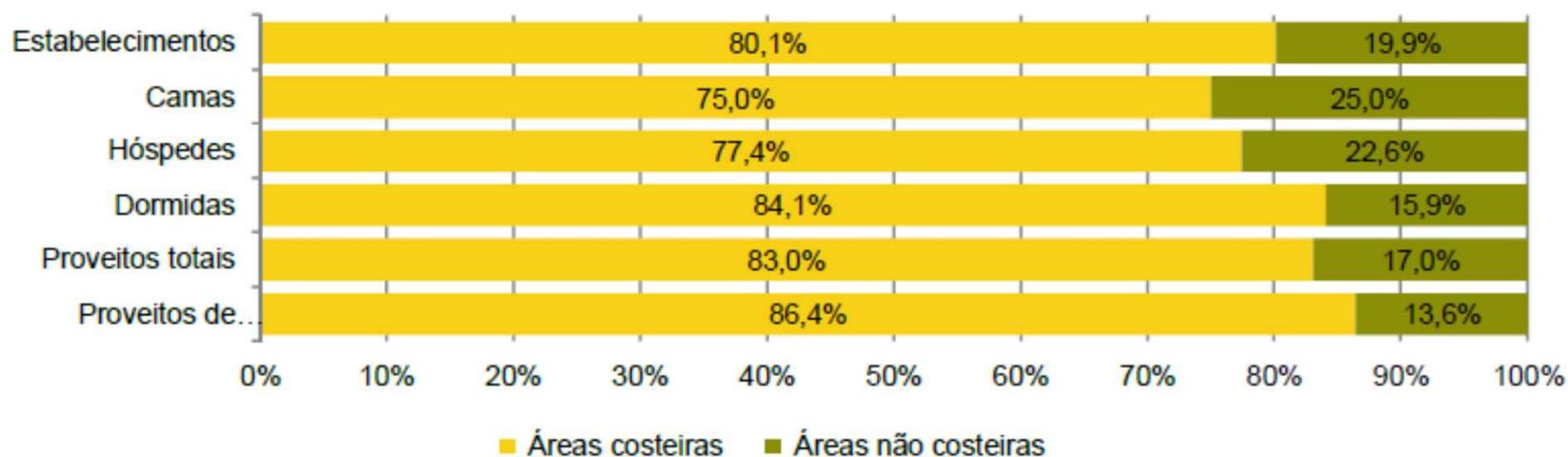
Fonte: Registo Nacional
de Turismo

Repartição por área costeiras e não costeiras de diferentes segmentos de habitação, em 2018

Turismo no espaço rural e de habitação



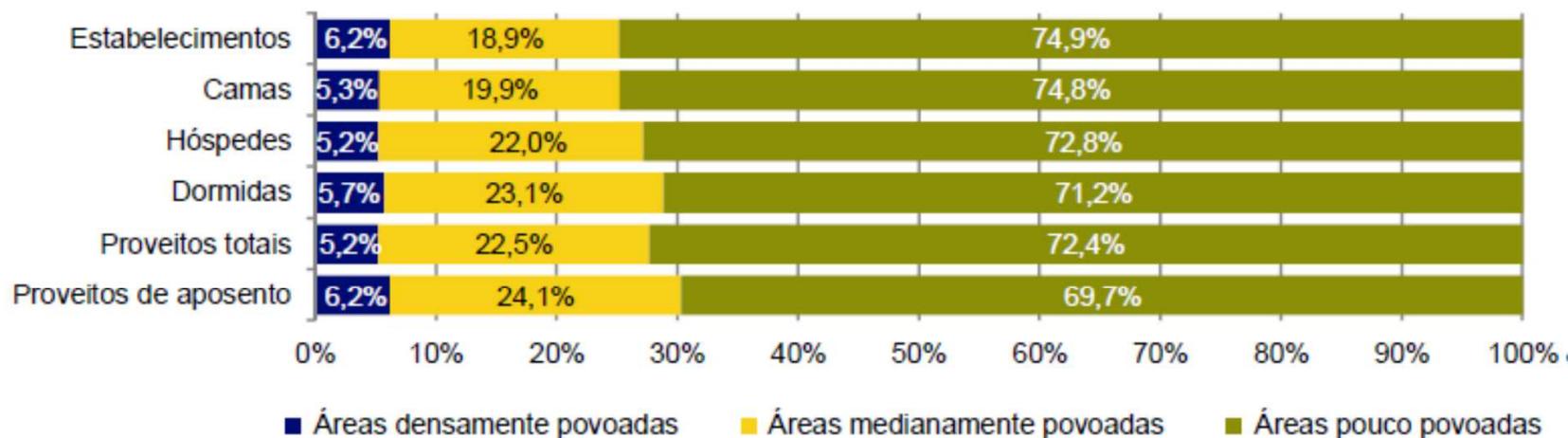
Alojamento local



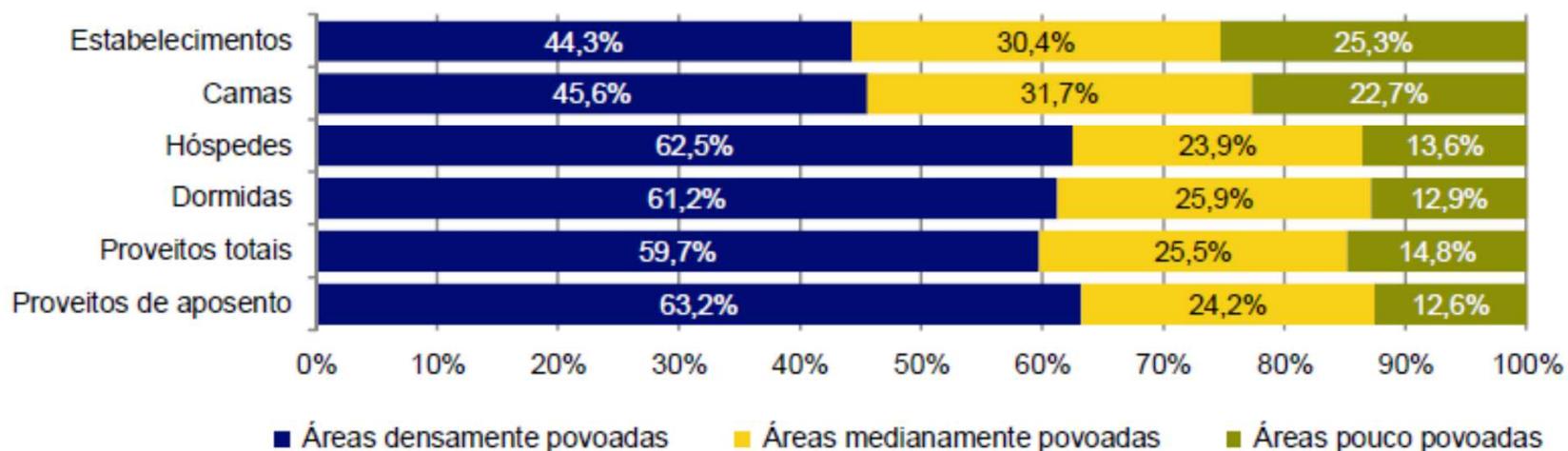
Fonte: extraído de INE, Estatísticas do Turismo

Repartição segundo a densidade de povoamento de diferentes segmentos de habitação, em 2018

Turismo no espaço rural e de habitação



Alojamento local



Fonte: extraído de INE, Estatísticas do Turismo

Custos económicos indirectos (III)

Custo de oportunidade

Corresponde ao rendimento de que se abdica pela afectação da área ao ecoturismo em detrimento de uma outra actividade.

Este rendimento que se obteria se a área estivesse afecta à agricultura, à exploração florestal ou à actividade mineira deve ser considerado como um custo do ecoturismo

Danos agrícolas devidos à vida selvagem

Quando a vida selvagem que é protegida devido ao seu valor turístico causa danos nas culturas agrícolas ou na pecuária

Perigo de que a percepção por uma compensação inadequada gere custos sociais e ambientais negativos ao fomentar a antipatia dos proprietários relativamente à vida selvagem e aos turistas.

Ex: leopardos na reserva de bioesfera Nadana Devi (Índia); onça-pintada no Pantanal; lobo ibérico na Peneda-Gerês;

Exemplo: Benefícios da gestão cinegética para a economia local

Extraído de: Santos *et al.* (2015), Estudo sobre o valor das taxas de concessão de zonas de caça. Março 2015

- Para avaliar estes benefícios, o estudo levou a cabo 12 entrevistas a ZC de diversos tipos em diferentes regiões do País.
- A receita das ZC entrevistadas (pagamentos dos caçadores) oscilava entre 4,0 e 71,5 euros/ha (média: 20,5 euros/ha).
- Mais de $\frac{3}{4}$ da receita das ZC entrevistadas têm elevado a muito elevado impacto nas economias locais (ver quadro).
- Além dos montantes pagos pelos caçadores às entidades gestoras, há ainda a considerar outros gastos locais dos caçadores (viagem até à região, alojamento, refeições e produtos locais adquiridos para consumo fora da região).
- A avaliação desta componente implica a realização de um inquérito aos caçadores.

Distribuição por rúbricas da receita das ZC e respetivo impacto local

Rúbricas de destino das receitas das entidades gestoras	Em % das receitas (média e variação)	Impacto directo e indirecto na economia local
Serviço de máquinas, de matilheiros; sementes, grãos e outros alimentos; fauna	48 (23-83)	Elevado
Combustível, eletricidade, material de escritório		Baixo
Salários	10 (0 a 27)	Muito elevado
Rendas	10 (0 a 40)	Médio
Taxas	8 (1 a 19)*	Nulo
Excedente de exploração	24 (1 a 57)	Elevado
Total de receitas (pagamentos dos caçadores)	100	

* Excluindo as ZCM

Fonte:
Entrevistas com gestores de ZC

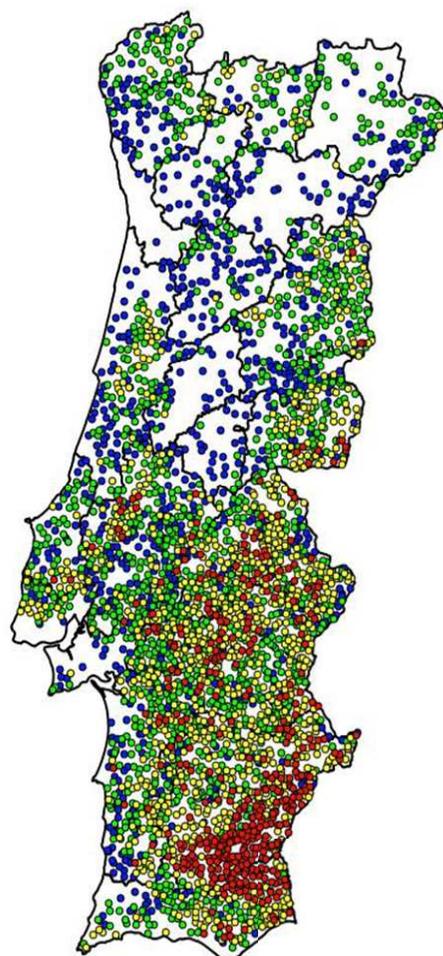
Extraído de: Santos *et al.* (2015), Estudo sobre o valor das taxas de concessão de zonas de caça. Março 2015

Concentração do emprego na caça e da produção cinegética no rural de baixa densidade

Tipo de Rural	Número de concelhos (%)	Emprego na Caça, repovoamento cinegético e atividades relacionadas” (INE 2011)		Produção cinegética bruta (estimativa do estudo)
		Total (em %)	em ‰ do emprego na agricultura, produção animal, caça e floresta	
Rural urbano + denso	31	21	2,39	20
Trans. Indústria/serviços	16	7	4,12	14
Trans. agrícola	12	4	2,89	2
Rural baixa densidade	41	68	5,59	63
Total	100	100	4,16	100

Extraído de: Santos *et al.* (2015), Estudo sobre o valor das taxas de concessão de zonas de caça. Março 2015

ZC segundo o peso da produção cinegética no produto agrícola (em permilagem)



- ✓ 2/3 da Produção Cinegética ocorre no Rural de Baixa Densidade
- ✓ O Rural de Baixa Densidade retém 87% das ZC com maior peso da produção cinegética no produto agrícola (máximo 42%).
- ✓ No Rural de Baixa Densidade predominam as ZC maior peso da caça no produto agrícola (amarelo e vermelho)

Extraído de: Santos *et al.* (2015), Estudo sobre o valor das taxas de concessão de zonas de caça. Março 2015

Dimensão sociocultural

	Benefícios	Custos
Directos	<p>Promove o bem estar e a estabilidade da comunidade através dos benefícios económicos e a participação local</p> <p>Benefícios estéticos e espirituais e satisfação de residentes e turistas</p>	<p>Intrusão social e cultural</p> <p>Imposição de sistemas de valores elitistas e exteriores</p> <p>Erosão do controlo local (emprego de peritos forasteiros, imigração de trabalhadores)</p> <p>Desigualdade locais e disputas internas</p>
Indirectos	<p>Acessibilidade a um largo espectro da população</p>	<p>Potencial para o ressentimento ou o antagonismo locais</p> <p>Oposição dos turistas a aspectos da cultura e estilo de vidas locais (ex. caça, agricultura de queimada)</p>

Sustentabilidade sociocultural – pode ser defendida

- ✓ Numa base puramente ética
- ✓ No pressuposto de que uma comunidade local satisfeita fornece o suporte para o ecoturismo que permite a realização de benefícios ambientais

Benefícios socioculturais directos e indirectos

Criação de rendimento e de emprego →

→ Promove o bem estar e a estabilidade da comunidade através dos benefícios económicos e a participação local

→ Benefícios estéticos e espirituais e satisfação de residentes e turistas

→ Acessibilidade a um largo espectro da população

(o ecoturismo soft, na medida em que não requer competências ou equipamento especial, pode acomodar pessoas com limitações físicas e ser relativamente barato)

Custos socioculturais directos (I)

Intrusão cultural e social

Os locais lidam com o turismo distinguindo entre espaço de vida (*backstage* – salvaguarda da cultura local para consumo interno) e espaço turístico (*frontstage* – versão adaptada da cultura local para consumo turístico)

O ecoturismo hard pela intrusão por períodos de tempo mais longos têm maior potencial para criar rupturas sociais e culturais.

Ex: a adoção de comportamentos mais independentes por parte das mulheres nepalesas

Imposição de um sistema de valores elitista e exterior

➤ Ecoturismo baseia-se num sistema de valores ocidental ou eurocêntrico imposto nos destinos no pressuposto de se tratar do modelo de desenvolvimento turístico melhor para os locais.

➤ Ecoturismo como uma forma de neocolonialismo que promove elevado grau de dependência relativamente a financiamento, mercados, capital, competências e conhecimentos

Custos socioculturais directos (II)

Erosão do controlo local

O ecoturismo pode

promover o controlo local - ecoturismo de base comunitária e o princípio da capacitação local de longa duração

erosionar o controlo local – continuada dependência do exterior quanto a financiamento e competências; entrada de imigrantes internos ou exteriores

Desigualdades locais e disputas internas

Custos e benefícios do ecoturismo não são igualmente distribuídos num dado destino

Ex: Na Nova Zelândia muitos não-Maori em Kaikoura ressentem-se da preferência dada aos Maori na condução dos percursos de observação de cetáceos

Custos socioculturais indirectos

Potencial para o ressentimento e o antagonismo locais

-Devido a perda de recursos em favor das áreas protegidas (de iniciativa pública ou privada) e percepção de inadequada compensação

→ Atitudes e acções negativas dirigidas aos turistas → Má imagem e redução das visitas

Oposição dos turistas a aspectos da cultura e estilos de vida locais

Atitudes biocêntricas ou de um eurocentrismo idealista

Ex: Expedição de 3 semanas ao Ártico / Norte do Canadá; guias Inuit mataram 5 ursos polares; consistência com normas culturais locais contra queixas dos turistas

5.2. Ecoturismo de base Comunitária (EbC)

Origem

Resposta às críticas da plataforma da precaução ao turismo de massas convencional + Desenvolvimento sustentável desde 1990

→ Defesa do EbC como via para a obtenção de sustentabilidade sociocultural

Definido como

“forma de ecoturismo sobre a qual a comunidade local tem substancial controlo, envolvimento na sua gestão e desenvolvimento, e uma proporção maioritária dos benefícios permanece na comunidade”

(WWF, 2001)

Geograficamente

As iniciativas de EbC encontram-se sobretudo na África subsaariana, América latina tropical, sudoeste asiático e em comunidades indígenas em países como Canadá, EUA, Austrália,...

Objectivos do ecoturismo de base comunitária

Benefícios para a comunidade.

- ✓ Capacitação económica (melhoria da qualidade de vida dos residentes através da distribuição equitativa do rendimento)
- ✓ Capacitação social (coesão e mobilização da comunidade)
- ✓ Capacitação cultural (capacidade dos residentes locais para praticarem a sua cultura em pé de igualdade com as influências culturais externas)

Envolvimento (participação) da comunidade

- ✓ Influência nas decisões de começar, terminar ou expandir projectos e iniciativas de ecoturismo
- ✓ Direito a ser consultada em todos os estágios de desenvolvimento e operações correntes
- ✓ Acesso preferencial ao emprego directo e indirecto resultante dos projectos de ecoturismo
- ✓ Participação (total ou parcial) na propriedade e gestão dos mesmos

Argumentos na defesa do ecoturismo de base comunitária

- Teoricamente as comunidades locais são quem tem mais a perder por se envolverem em actividades insustentáveis e mais a ganhar ao operar de modo sustentável
(Ex: a reabilitação de um espaço para atrair os turistas tb. beneficia os residentes)
- Os residentes locais fornecem autenticidade e valor à experiência ecoturística através do conhecimento que têm do ambiente local
(melhor posicionados para avaliar a sustentabilidade ecológica ou cultural do comportamento dos turistas)
- O envolvimento de toda a comunidade local num projecto turístico pode permitir **economias de escala** comparativamente ao envolvimento de uma pequena família
- e mobiliza um maior leque de bens e serviços que aumentam o **efeito multiplicador** e **reduzem as fugas de rendimentos**

Até agora, elevada taxa de insucesso destas iniciativas ...

Factores condicionantes do sucesso

Clara definição da comunidade suporte

- Quem integra a “comunidade” que terá acesso privilegiado na participação, financiamento e disseminação dos benefícios gerados
- Quem estabelece essa definição
- As pessoas que residem permanentemente na área / Porque excluir participação dos não residentes com interesses na área?

Liderança forte com legitimidade local

- Defende o acesso da comunidade aos recursos, negocia parcerias frutuosas, encoraja e facilita uma participação local mais alargada
- Dificuldades: sistemas de liderança hereditária, não democrática, autoritária.

Factores condicionantes do sucesso

Controlo e acesso à terra

Acesso às terras comunitárias ou áreas protegidas adjacentes

Ex: Bay Islands (Honduras) as terras comunitárias estão a ser adquiridas por investidores estrangeiros para fins de ecoturismo devido à falta de regras formais de uso colectivo e à diluição da comunidade provocada pela chegada de continentais que procuram trabalho neste destino turístico em crescimento

Participação local alargada

- **Pré-requisito de sucesso** – mobiliza um vasto leque de competências, é um dissuasor das disputas internas, cria uma frente unida contra a oposição e competição externas

- **Indicador de sucesso** – operacionaliza os princípios da capacitação económica, psicológica, social e política da população local

Alerta: a comunidade não é uma entidade homogénea – tem atitudes e interesses conflituais, assimetrias de poder

Ex: uma das principais razões de sucesso do projecto ecoturístico de Mavhulani (África do Sul), que promoveu a participação alargada e equitável, prende-se com a proibição das leis e hierarquias tribais

Factores condicionantes do sucesso

Estabelecer parcerias

Com agências financiadoras relevantes, autoridades públicas nacionais, gestores de áreas protegidas, sector privado

Criar e sustentar a procura

- Ecoturistas *soft* – pouco provável que conheçam e procurem uma iniciativa remota de EbC
- Ecoturistas *hard* – tendem a residir a milhares de km da área – a ligação entre S (oferta) e D (procura) requer ligações ao sistema de distribuição turístico global e competências de marketing sofisticadas raramente possuídas pelas comunidades locais remotas

Ter a dimensão apropriada

- Suficientemente pequenos para não exceder a capacidade de carga ambiental e sociocultural local;
- Suficientemente grandes para justificar financiamento e investimento interno e fornecer um retorno económico significativo à comunidade

Definição de acção colectiva

Acção colectiva = acção voluntária realizada por um grupo para atingir interesses comuns

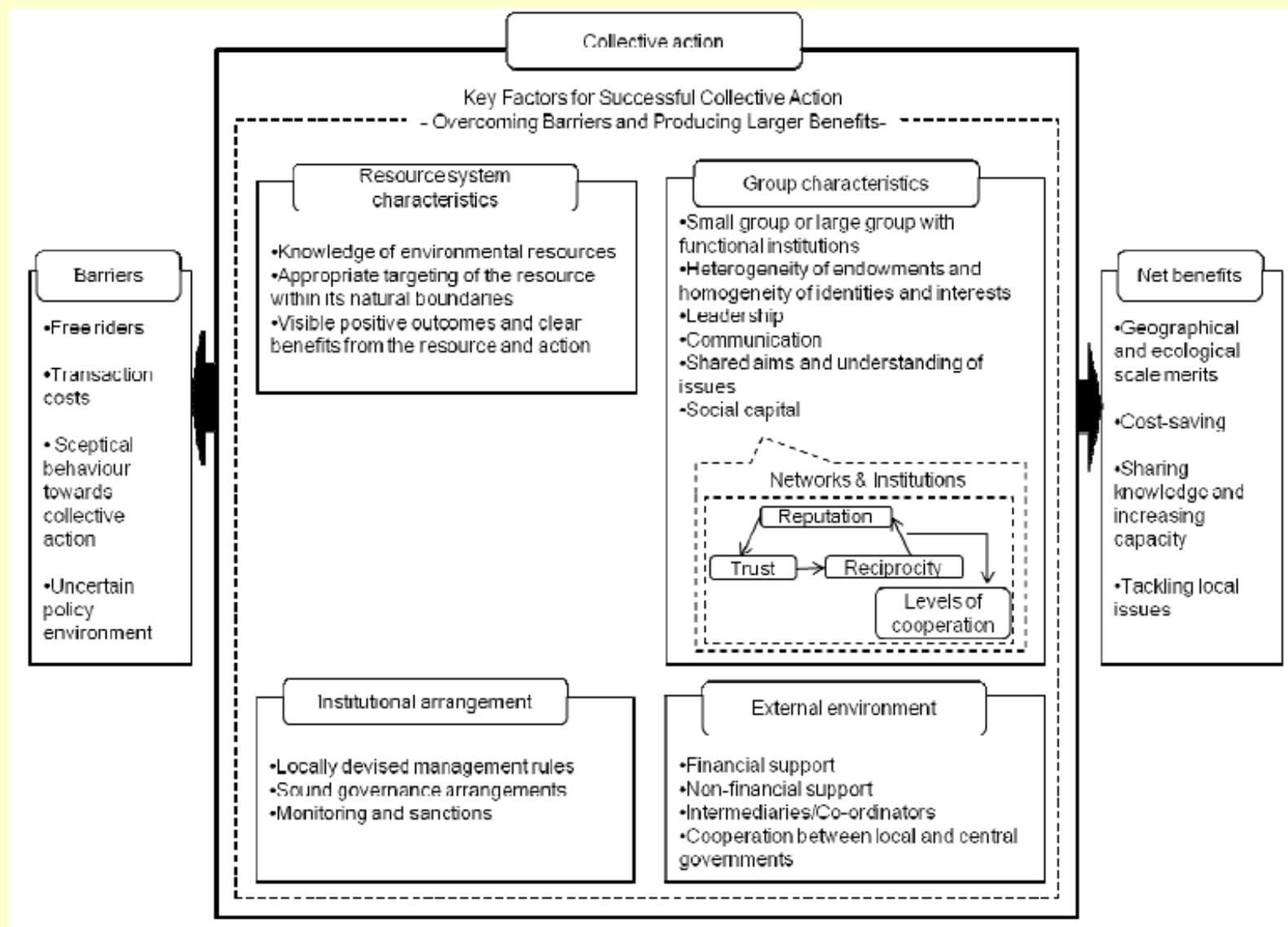
Intervenientes da acção colectiva:

- ✓ proprietários (de terra, de água; privados, comunitários),
- ✓ utilizadores dos recursos (agricultores, pescadores, caçadores, operadores turísticos)
- ✓ e outras partes interessadas (Estado, autarquias, associações)

Interesses comuns:

- ✓ na aplicação da protecção integrada de cultivos agrícolas;
- ✓ na gestão de sistemas de rega
- ✓ na utilização de pastagens comunitárias
- ✓ na utilização de recursos cinegéticos
- ✓ na redução do risco de incêndio agro-florestal
- ✓ na gestão da biodiversidade
- ✓ na gestão da qualidade da água para o consumo humano
- ✓ na gestão de recursos piscatórios (em águas fluviais, lacustres ou marinhas)

Acção colectiva. Condicionantes e níveis de análise



Benefícios da acção colectiva

Escala geográfica e ecológica apropriada

- ✓ Ao fornecimento de bens públicos que requerem uma grande escala (que excede a da propriedade individual)

Redução de custos

- ✓ Em virtude das economias de escala e de gama (diversidade)
- ✓ Partilha de recursos

Incremento de competências

- ✓ Partilha de conhecimento e informação a um custo mais baixo
- ✓ Criação de conhecimento pela inovação resultante da colaboração entre participantes

Lidar com os problemas locais

- ✓ Regulamentos e instrumentos de mercado que cubram o país podem não atender às condições locais

Barreiras à acção colectiva

Comportamento oportunístico (“free-riding”)

- ✓ Beneficiar das actividades dos outros membros sem contribuir;
- ✓ “Tragedy of the commons” (Hardin, 1968)

Custos de transacção

- ✓ Podem ser particularmente elevados na fase de implementação
- ✓ Englobam custos de identificação (de participantes, de informação, de financiamento) de negociação (tempo em reuniões, esforço em comunicação verbal e escrita; conseguir o suporte de agências externas) e de monitorização e fiscalização (tempo e esforço, custo de aplicação de sanções)

Ceticismo relativamente à acção colectiva

- ✓ Atitudes individualistas
- ✓ Inércia e ausência de preocupação quanto aos impactos ambientais

Instabilidade do contexto político

- ✓ Mudança de fontes de financiamento e objectivos das políticas e programas
- ✓ Falta de continuidade pode obstaculizar o fornecimento de benefícios de longo prazo

Factores-chave da acção colectiva

Características do sistema de recursos

conhecimento dos recursos ambientais, resultados positivos visíveis e benefícios claros do recurso e da acção,

Características do grupo de utilizadores ou proprietários (ou co-proprietários)

dimensão do grupo, homogeneidade de identidades e interesses e heterogeneidade de competências, liderança, comunicação e capital social,

Características dos arranjos institucionais

regras de gestão locais, ajustadas e consensuais, monitorização e sanções

Características do ambiente externo

suporte financeiro e não financeiro, coordenadores e intermediários, cooperação entre autoridades locais e centrais

(OCDE, 2013).

Capital social

O capital social refere-se

- ✓ às estruturas sociais como redes, associações, instituições e regras e
- ✓ a elementos mais intangíveis como atitudes e normas, valores partilhados, reciprocidade e confiança que enformam a acção colectiva

(Grootaert e Bastelar, 2002).

A participação associativa e em redes informais aumenta a disponibilidade de informação e baixa o custo da sua circulação (López-Gunn, 2012; Ishiara e Pascual, 2009).

As atitudes de mútua confiança tornam mais fácil a tomada de decisões colectivas e a implementação de acções colectivas (Grootaert e Bastelar, 2002).

Social capital

Bonding social capital

generated by members of a relatively **homogeneous** group / people who tend to know each other well and have **strong ties** to other people in their community / **intra**community ties / shared social identity / generalized reciprocity (norms of behaviour) and social cohesiveness

Bridging social capital

necessary to get ahead bolstered by the strength of **weak ties** / interaction between **different** groups, which are often not homogeneous / social diversity and heterogeneity triggers innovation by exposure to a wider range of information and resources / **inter**community ties / strong lateral ties between individuals and organisations / the creative part of social capital.

Linking social capital

Broader relations, normally **vertically** between individuals or groups that are in formal power or authority (financial, political) allow people to access to resources, ideas and information from those in power / bridges the informal power aspects of bonding social capital (trust, reciprocity) with social networks, towards institutionalized formal power

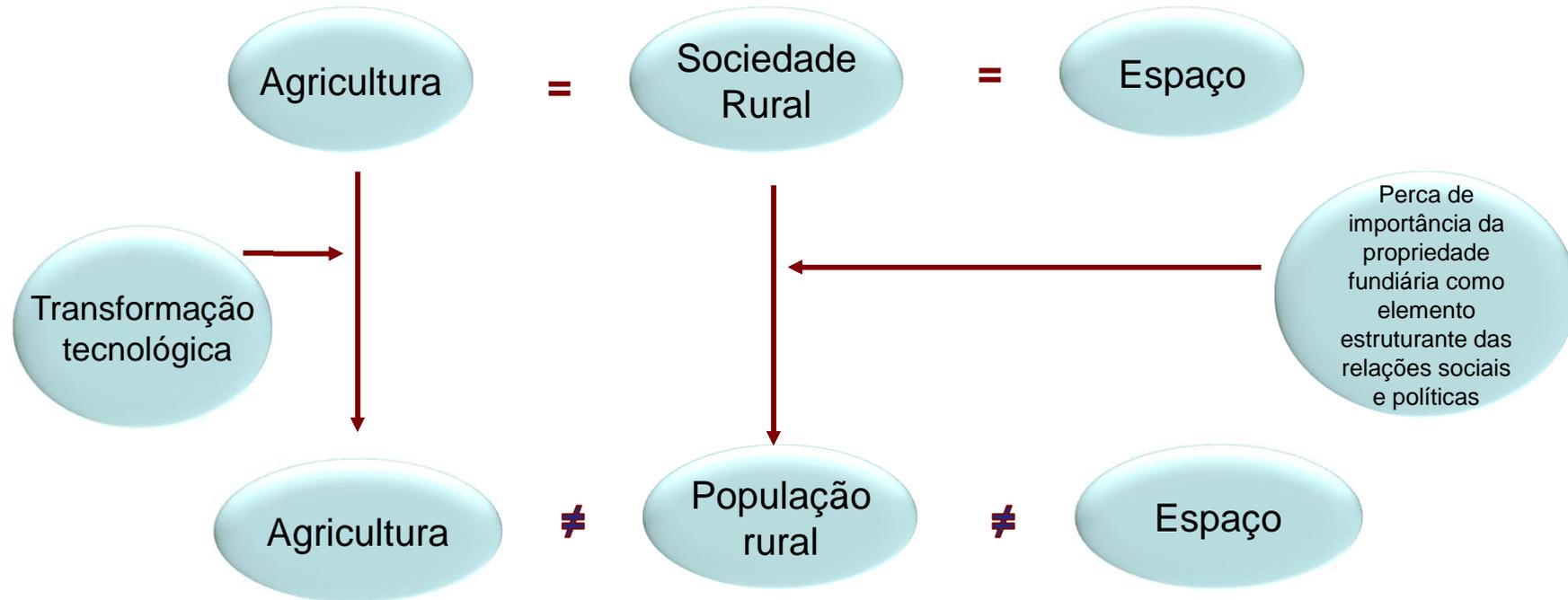
Source: López-Gunn, 2012

5.3. Ecoturismo no contexto do rural europeu

- A bibliografia sobre o ecoturismo de base comunitária centra-se nos países em desenvolvimento ou nas periferias dos países desenvolvidos onde
 - são grandes as carências da população,
 - existem atracções naturais de elevada qualidade,
 - e poucas capacidades empresariais
 - maior dependência das populações rurais em relação à utilização dos recursos naturais

- Algumas diferenças a ter em conta na formulação de estratégias em regiões mais desenvolvidas:
 - menor dependência das populações rurais relativamente à utilização dos recursos naturais
 - menor importância relativa da agricultura e da floresta, em termos económicos e sociais, para a população rural; intensificação / artificialização da agricultura
 - níveis mais elevados de bem estar económico e social
 - maior proximidade aos mercados (pela proveniência dos ecoturistas)
 - importância da propriedade privada fora das áreas protegidas (e mesmo nestas)

A transformação do rural em Portugal



e agricultura parcialmente dissociada da floresta
+ questão ambiental
+ novas actividades
+ novas dinâmicas

A transformação do rural em Portugal

Meados do séc. XX

- a agricultura e a sociedade rural alcançavam a sua maior expressão demográfica,
- a vida das aldeias e lugares assentava na população agrícola
- que se havia apropriado de todo o espaço disponível. Não havia mais incultos para aproveitar

A agricultura, a sociedade e o espaço rural trilhavam destinos coincidentes

Passado meio século

- a agricultura já não unifica a sociedade rural com todo o território não urbano,
- emerge uma questão do espaço autonomizada da agricultura
- que já não assegura a vitalidade da população rural

A agricultura, a sociedade rural e o espaço têm agora caminhos dissociados

A transformação do rural em Portugal



Ocupação do espaço⁽¹⁾. Portugal/Continente. Século XX

	Início do século	Meados do século	Fim do século
Incultos (1000 ha)	2597⁽²⁾	490	2055
Floresta (1000 ha)	1957	3234	3349
Área agrícola (1000 ha)	4063	4278	2973

(1) A diferença entre a soma das áreas consideradas no quadro e a área do Continente corresponde a áreas sociais, águas interiores e improdutivas; (2) Inclui os pousios.

Fonte: para o início do século utilizou-se a informação elaborada por Radich (2000) com base na Carta Agrícola de 1910 e numa estimativa de Sertório do Monte Pereiro, de 1908; para meados do século utilizou-se a informação de Caldas (1978), estabelecida com base em elementos relativos a 1956 e a 1963; para o fim do século, recorreu-se ao *Inventário Florestal Nacional* de 1995-98.

A transformação do rural em Portugal

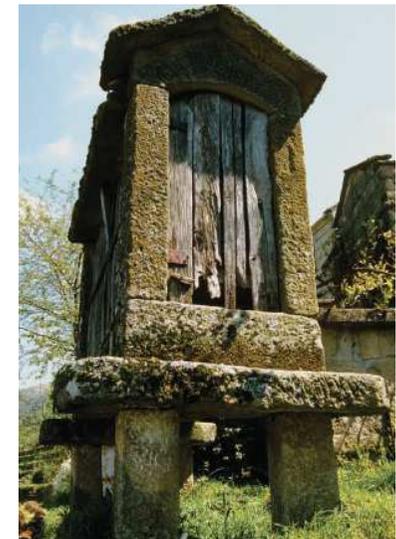
- A transformação técnica e socioeconómica da agricultura
 - Da agricultura camponesa (mais dependente da natureza) à agricultura familiar (menos dependente da natureza)
 - Transformação tecnológica, relação com a natureza, inserção no mercado dos produtos e dos factores de produção
 - Reduzida autonomia das colectividades locais face à sociedade englobante, fraco interconhecimento interno
 - Diferenciação técnica da agricultura familiar (níveis de intensificação – sistemas de produção mais ou menos intensificados, de maior ou menor valor natural)



A transformação do rural em Portugal

- Do espaço hegemônico pela agricultura ao crescimento dos incultos
 - Retorno dos incultos e crescimento da área florestal
 - Erosão da propriedade comunitária (baldios) e peso da propriedade privada
 - Permanência da agricultura no património rural

Paisagens; bens imobiliários (espigueiros, levadas, cisternas, abrigos de pastores, lagares); bens móveis (arados, cestos, teares) ; produtos de qualidade; técnicas e saber-fazer; tradições orais; modos de sociabilidade e formas particulares de organização social (vezeira, forno comunitário, boi do povo)



A transformação do rural em Portugal

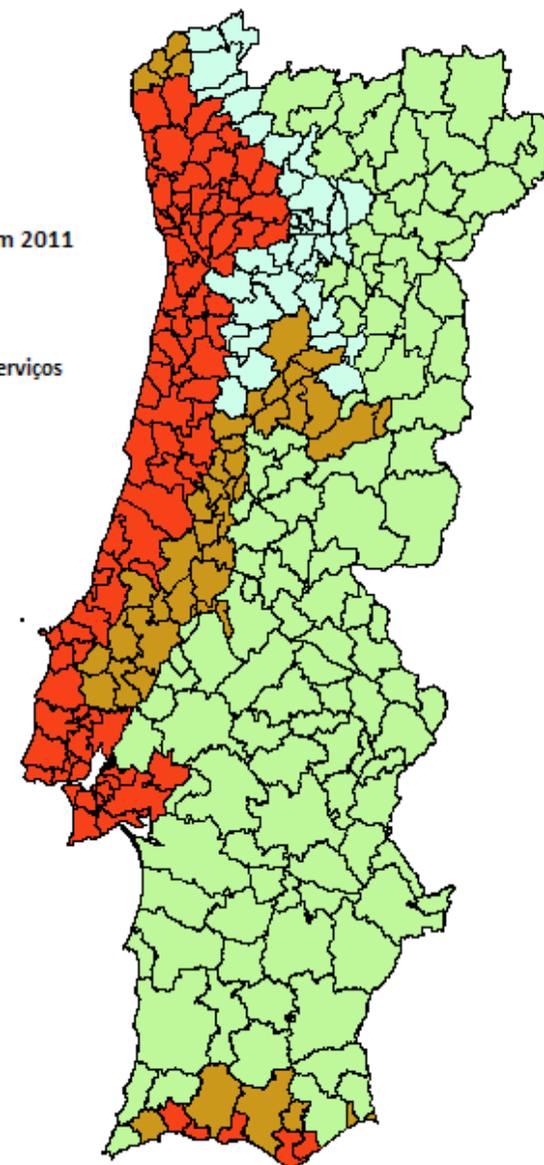
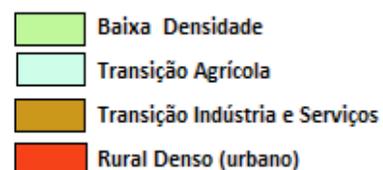
➤ Da sociedade rural à população rural

- Redução da importância relativa da agricultura e floresta em termos económicos e sociais
- A terra já não estrutura as relações sociais que nela se estabelecem
- Alteração dos quadros de vida (saneamento básico, electricidade, recolha de lixo, mobilidades e comunicações, escolas e outros equipamentos e serviços públicos, ...)
- Decréscimo da população rural e seu envelhecimento
- Carácter incipiente das economias locais: “o rural já não é agrícola mas ainda não é outra coisa”
- Dissociação entre a população rural e espaço rural

A diversidade do rural em Portugal (2011)

→ População rural = população que reside isolada ou em aglomerados com menos de 2000 habitantes

O Rural por Tipos de Rural em 2011



Critérios utilizados (2011)

Densidade rural (habitantes/km ²)	Grupos socioeconómicos do sector primário na população rural activa (%)	Tipo de rural
≥ 100	< 6,1	urbano
≥ 30 a < 100	< 6,1	indústria e serviços
≥ 30	≥ 6,1	agrícola
< 30		baixa densidade

Fonte: Rolo e Cordovil (2014).

As zonas rurais (em 2011)

Quadro 1 – As zonas do rural (2011)

Zonas rurais	Número de concelhos	Superfície do continente (%)	Superfície rural (%)	População rural (2001) (%)	Densidade da população rural (hab./km ²)
Rural Urbano	83	17,7	17,5	56,9	142,0
Rural Indústria e serviços	42	8,0	11,0	15,7	62,4
Rural Agrícola	33	8,0	8,0	9,5	51,5
Rural Baixa densidade	109	63,3	63,4	17,9	12,3
Continente	267	100,0	100,0	100,0	43,7

Fonte: Rolo, Joaquim Cabral e Cordovil, Francisco (2014), Rural, Agriculturas e Políticas, ANIMAR.

Envelhecimento da população rural (> 65 anos)

Dinâmica demográfica (da população residente) repulsiva

Bibliografia

- Baptista, Fernando (2010), *O espaço rural: declínio da agricultura*, Lisboa, Celta Editora.
- Canadas, Maria João, Novais, Ana e Marques, Marco (2014) *Proprietários florestais, políticas e territórios: incêndios e a gestão do espaço rural*, Lisboa, Animar.
- Mayer, Marius, Martin Müller, Manuel Woltering, Julius Arnegger e Hubert Job (2010), The economic impact of tourism in six German national parks, *Landscape and Urban Planning* 97, 73-82.
- OCDE (2013), *Providing agri-environmental public goods through collective action*, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE).
- Ribeiro, Cátia, Canadas, Maria João e Novais, Ana (2013), *Sustentabilidade, Turismo e Áreas Protegidas: a abordagem da resiliência no contexto do Parque Natural do Vale do Guadiana*, in Atas do Congresso de ESADR, Évora, Universidade de Évora, 15 a 19 de Outubro de 2013, pp. 3007-3026.
- Ribeiro, Manuela (2003) “Espaços Rurais como Espaços Turísticos. Reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal” em Portela, José e Caldas, João C. (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora.
- Rolo, Joaquim e Cordovil, Francisco (2014), *Rural, agriculturas e políticas*, Lisboa, ANIMAR.
- Svoronou, Eleni e Holden, Andrew (2005), Ecotourism as a tool for nature conservation: the role of WWF Greece in the Dadia-Lefkimi-Soufli Forest Reserve in Greece, *Journal of Sustainable Tourism*, 13(5) 456-467.
- Santos, José L., Carvalho, Carlos, Novais, Ana, Canadas, M^a João, Gordinho, Luís e Horta, Alicia (2015), *Estudo sobre o valor das taxas de concessão das zonas de caça*, ICNF/ISA/Erena.
- ThinkTur (2007), *Programa de visitação e comunicação na rede nacional de áreas protegidas*, ICNB.
- Weaver, David (2008), *Ecotourism*, Milton Qld, Wiley (2^a edição).